



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - VALORES DAS TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1042/09	DATA: 14/07/2009
INÍCIO: 15h17min	TÉRMINO: 16h03min	DURAÇÃO: 00h46min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h46min	PÁGINAS: 17	QUARTOS: 9

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Discussão sobre assuntos internos e elaboração do roteiro dos trabalhos.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião.

Ata.

Tendo em vista a distribuição de cópias da ata da 1ª Reunião a todos os membros presentes, indago sobre a necessidade da sua leitura.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, eu queria solicitar a dispensa da mesma, já que foi entregue a cada um dos membros a cópia da ata anterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Alexandre Santos.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, passamos à votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Ordem do Dia.

Vamos iniciar aqui assuntos internos e elaboração do roteiro dos trabalhos.

Quero comunicar aos senhores membros que fiz um ofício, de nº 03, ao Sr. Ministro Ubiratan Aguiar, no último 18 de junho, informando a instalação na Câmara dos Deputados esta Comissão Parlamentar de Inquérito, cuja principal finalidade é investigar a formação dos valores das tarifas de energia elétrica no Brasil:

“Em conformidade com o Requerimento de Criação de CPI nº 11, de 2008, tendo em vista a estreita relação entre o objeto de investigação da CPI e a atuação do Tribunal de Contas da União, requisito a V.Exa., nos termos do inciso III do art. 58 da Constituição Federal, combinando com o inciso I do art. 36 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, um servidor para auxiliar os trabalhos desta Comissão, especialmente para fins de assessoramento técnico, no tocante aos reajustes de reposicionamento tarifário de energia elétrica autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL –, a título de reequilíbrio econômico-financeiro.



Certo de poder contar com a colaboração de V.Exa., apresento minhas expressões das mais altas estima e elevada consideração.”

O mesmo pedido foi feito à Dra. Deborah Macedo Duprat de Brito Pereira, Procuradora-Geral da República em exercício, para que S.Exa. indique um membro do Ministério Público Federal a fim de acompanhar os nossos trabalhos de investigação desta Comissão.

Pedimos também ao Exmo. Ministro da Justiça, Sr. Tarso Genro, que indique um servidor do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE –, para auxiliar os trabalhos desta Comissão, especialmente para fins de assessoramento técnico, no tocante aos reajustes de reposicionamentos tarifários de energia elétrica autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL –, a título de reequilíbrio econômico-financeiro.

Tenho certeza de que esses pedidos irão engrandecer os nossos trabalhos e irão contribuir para que possamos dar um resultado concreto ao povo brasileiro.

Gostaria de convidar, agora, o Relator, Deputado Alexandre Santos, para que S.Exa. possa falar um pouco sobre o que está querendo colocar para os senhores membros na questão do roteiro de trabalho.

Convido S.Exa. para tomar assento à Mesa.

(Pausa.)

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, um dia atípico nesta Casa, porque nós temos menos de 200 Deputados e nós conseguimos ter *quorum* para iniciação dos nossos trabalhos, eu queria propor, Sr. Presidente, uma reflexão e uma reunião, após esta reunião aqui, para podermos traçar as metas e as diretrizes dos nossos trabalhos.

Eu já queria deixar consignado aqui a necessidade de solicitarmos outras CPIs, que foram feitas pelo País afora, pelas Assembleias Legislativas e Câmaras municipais; solicitarmos também o acompanhamento do técnico do TCU, de suma importância, já que eles fizeram um estudo detalhado sobre a evolução das taxas de energia elétrica; solicitarmos às associações, como a ABRADÉE, ABRACE, para que possam também estar conosco aqui; fazermos um levantamento, no Ministério de Meio Ambiente, sobre quais são as geradoras que estão ainda com as licenças



de energia elétrica no meio ambiente, quais são as concessões dadas às hidrelétricas que nós temos aí, quais os seus prazos, quais as suas demandas; buscarmos aqui, Sr. Presidente, algumas convocações de pessoas que poderão abrilhantar e dar rumos e detalhes sobre este momento, hoje, de suma importância, que se chama: *O Custo de Energia Elétrica*, seja na produção, seja na gestão, seja no consumo.

Portanto, já temos aqui vários procedimentos a serem tomados, mas necessitava, antes de mais nada, após a liberação desta sessão, que pudéssemos sentar e ver os melhores procedimentos, para que, no mais breve tempo possível, pudéssemos dar uma resposta e trazer aos membros desta Comissão os detalhamentos. Não sem prepararmos também as Subcomissões dos Estados, para eles já poderem fazer seus trabalhos, se adiantarem e trazerem para toda esta Comissão o que a sua região hoje sente, quais as suas aflições, quais as suas ansiedades e as perspectivas no setor de energia elétrica, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Vamos abrir, agora, a palavra aos Deputados membros da CPI.

Com a palavra o Deputado Chico Lopes.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Primeiro, quero parabenizar a escolha do Presidente e do Relator. Todos nós somos importantes, mas a responsabilidade maior de dirigir cabe aos senhores.

Eu queria pedir permissão, Sr. Presidente, depois, para fazer um requerimento ao Relator.

As escolhas para fazer a composição técnica, e as pessoas que vão depor são importantes. Mas eu estou sentindo a necessidade daqueles da ponta, que são as pessoas de residências, porque nós sabemos que energia é vida, é desenvolvimento. No Ceará, no qual luto contra a COELCE há mais de 10 anos, também está em curso uma CPI. A Justiça está querendo dar ganho de causa à COELCE, porque a energia, como é uma questão nacional, e ela disse que as Assembleias Legislativas, os Parlamentares Estaduais, não têm direito de fazer essa CPI, sendo que as distribuidoras são estaduais, e foi com a sua privatização que aconteceu a entrada de capital principalmente europeu, o que nós discordamos. Tanto que, nesta CPI, nós já colocamos a COELCE como futura depoente.



Agora, queria pedir ao Sr. Relator — farei um requerimento depois — que chamasse as entidades populares. Porque quando você é um megaindustrial, você tem um mercado aberto; quando você não é, você não tem outra saída. Chegar lá na esquina: “Eu não quero essa energia. Quero...” Mas só tem aquela no Estado. Poucos Estados do Brasil têm duas.

Outro aspecto que eu também chamo também a atenção é a questão do nosso comportamento nesta CPI. Esta CPI está marcada por Oposição e Situação. Se não há a ameaça de alguns companheiros de levar à Justiça, ela tinha fechado ali mesmo. E nós sabemos que foi importante essa saída política do Presidente, não foi preciso que a gente recorresse à Justiça, como foi feito pelo Deputado Dudu. Mas nós estamos mexendo com privatizações, coisas que, politicamente, nenhuma agência reguladora no Brasil conseguiu justificar ao povo as suas fiscalizações na privatização. Inclusive hábitos foram mudados no País com a questão dos telefones celulares. Hoje é o consumo de aparelhos celulares... Muita gente não tem a menor condição de ter um, mas tem, diante da propaganda, do comportamento, do hábito do consumidor, foi criado.

Mas o nosso objeto aqui é energia, e tem 2 setores. Por exemplo, o setor têxtil no Brasil, particularmente no Ceará, quase que foi embora para outro país, porque não tinha condições, dado o preço pela energia que estava pagando. E, com a concorrência da China nesse campo, aí foi que a questão... Mas nós tivemos umas discussões sérias, e melhoramos um pouco essa questão.

Portanto, quero ser um colaborador, quero ajudar, porque eu não tenho nenhum amor pela agência reguladora que faz isso em nosso País. Primeiro, ela não tem muito conhecimento das tarifas de que ela faz a progressão. A gente sente dificuldade de entender, e ela sente mais dificuldade de explicar. Por isso, eu acho que nós devemos nos capacitar com o chamamento desses técnicos, mas também devemos ter uma visão de para onde queremos levar esta Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com certeza a palavra do Deputado Chico Lopes engrandece o debate, profundo conhecedor do assunto. Vem S.Exa. debatendo esse assunto na Comissão de Defesa do Consumidor, ao longo desses últimos 2 anos e meio.



Tenho certeza, Deputado Chico Lopes, de que a CPI terá o seu papel, e o seu papel será muito importante para o povo brasileiro.

Gostaria de passar a palavra agora ao Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Nós agradecemos a oportunidade e gostaríamos de começar nossa fala, Presidente, aqui, até por uma questão de justiça, engrandecendo a atuação de V.Exa. no que concerne à criação desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nós entendemos, acompanhamos e somos testemunhas do trabalho hercúleo que V.Exa. desenvolveu até conseguir a aprovação desta Comissão Parlamentar de Inquérito, isso fruto, obviamente, do compromisso que V.Exa. tem com o consumidor de energia elétrica neste País, sobretudo dos Estados do Nordeste e do Norte, ao que nos parece, em princípio, as 2 regiões cujos disparates na cobrança de energia parecem mais evidentes.

Nós gostaríamos... Sr. Presidente, muito embora tenhamos ouvido V.Exa. no início dos trabalhos, dizer que nesta reunião não estaria em discussão, não teríamos processo deliberativo, ainda assim gostaríamos de propor a V.Exa., já que temos requerimentos apresentados a esta Comissão, que nós não saíssemos desta primeira reunião sem algo pontual definido.

E, dentro dessa linha de raciocínio, eu gostaria de propor a apreciação, obviamente com a vênua de V.Exa. e dos demais pares desta Comissão, da visita desta CPI ao Estado de Roraima, porque, nesses Estados mais distantes dos grandes centros de formação de opinião pública do País, sobretudo da grande mídia, é que se encontram os desníveis maiores.

E eu trago aqui, apenas a título de ilustração, Sr. Presidente, a conta de luz que me foi apresentada por uma servidora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima que pagou, nos 3 primeiros meses, não mais do que 600 reais e, no mês de abril, ela foi surpreendida com uma conta de luz de 2 mil e 600 reais. E o máximo que a empresa concessionária ofereceu àquela consumidora foi o parcelamento em 4 ou 5 parcelas.

Portanto, aqui fica o nosso apelo a V.Exa. e ao ilustre Relator desta Comissão para que nós, já nesta primeira reunião, pontuássemos alguns passos já de forma mais concreta e específica, visando o bom andamento desta Comissão.



Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Caro Deputado Edio Lopes, tenho certeza de que a sua proposta é muito justa. Tenho certeza de que o povo de Roraima tem a necessidade de vários esclarecimentos, e, com certeza, iremos apreciar o seu requerimento, que já se encontra aqui, na mesa, e que data do dia 18/06/2009, em que S.Exa. pede uma audiência pública no Estado de Roraima.

Com certeza, iremos realizar essa audiência pública, porque o povo de Roraima merece os esclarecimentos devidos, merece que a Casa do Povo brasileiro dê as devidas satisfações ao povo de Roraima.

Gostaria de passar a palavra agora ao Deputado Ciro Nogueira.

O SR. DEPUTADO CIRO NOGUEIRA - Sr. Presidente, gostaria de sugerir a V.Exa. que entre em contato, já para a próxima reunião, com as lideranças da Casa para que nós terminemos de compor os cargos que estão vagos: Primeiro Vice-Presidente, Segundo Vice-Presidente e Terceiro Vice-Presidente. Seria importante nós termos representantes dos grandes partidos da Casa engajados numa CPI que eu acho que tem tudo para passar a limpo um setor tão importante para o País.

Então, eu sugiro que, já para a próxima reunião, a gente já tenha esses nomes, que a gente possa compor para o bom andamento da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Ciro Nogueira, informo que vamos oficiar ao Presidente da Câmara, Michel Temer, para que peça aos demais Líderes que façam a indicação dos demais membros para compor a Mesa de trabalhos desta Comissão.

Gostaria de passar a palavra ao Deputado Nelson Bornier.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, quero, primeiro, parabenizar o Deputado Eduardo da Fonte, autor do requerimento que deu origem a esta CPI, com certeza com número acima do exigido pelo nosso Regimento, e, mais do que isso, essa necessidade que se faz hoje de apurar aquilo a que se refere esta CPI, que são as contas de luz.

Sr. Presidente, eu fico aqui muito satisfeito quando vejo já o Relator solicitar, das Assembleias Legislativas, das Câmaras Municipais, as CPIs que houve por força dessas companhias existentes nos Estados. Nós tivemos uma recente agora,



no Estado do Rio de Janeiro, que eu acompanhei, através da imprensa, uma CPI que se deu na Assembleia Legislativa do nosso Estado contra a Ampla, que é realmente uma companhia que atua, em grande parte, na região do Lagos, no Estado do Rio. E eu parablenizo o Deputado Alexandre Santos, que realmente é da região, e que deve ter conhecimento, quando aqui colocou a necessidade de solicitar esses relatórios finais da CPI.

Mas também gostaria aqui de levar uma sugestão à Comissão, ao Sr. Presidente, ao Relator, para que aqui também nascessem as subcomissões por região, para que pudéssemos de perto realizar essas assembléias, essas audiências públicas, para que, por região, pudéssemos ouvir a população, os segmentos, e, conseqüentemente, trazer dados que, não tenho a menor sombra de dúvida, vão ajudar muito ao relatório do Sr. Relator.

Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade. Parabéns a V.Exa., parabéns ao Relator. Quero dizer que estou aqui, pronto para dar minha contribuição, no que for preciso, a esta CPI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Muito obrigado, Deputado Nelson Bornier.

Passo a palavra ao Deputado Léo Alcântara.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, gostaria de parabenizar V.Exa., que foi o grande lutador por esta CPI, inclusive chegando a ir ao Supremo, o que forçou o Presidente de nossa Casa a indicar os membros. E gostaria de me juntar à opinião do Deputado Nelson Bornier, pedindo às Assembleias Estaduais informações sobre o que está ocorrendo. Em algumas já houve CPIs, no caso do meu Estado está havendo uma CPI, por conta da energia elétrica, inclusive a ANEEL se recusou a participar da CPI: foi convidada e não foi. E também a PETROBRAS foi convidada e no dia também se recusou a ir. Então, acho que essas CPIs estaduais vão-nos dar alguns parâmetros para que nós possamos iniciar os nossos trabalhos nesta CPI.

Quero só parabenizar V.Exa., dar também essa sugestão e espero que esta CPI logre os louvores que toda a população espera, que é passar a limpo essa caixa preta do reajuste das tarifas no Brasil.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com certeza, Deputado Léo Alcântara, as CPIs estaduais irão contribuir, e muito, com os problemas dos Estados para que possamos ter mais informações sobre o que está acontecendo e dar resultados concretos ao povo brasileiro.

Gostaria de passar a palavra agora ao Deputado Júlio Delgado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Primeiro, quero cumprimentar V.Exa., que, com articulação e competência, conseguiu viabilizar, trabalhou e construiu para que seja apurada uma questão de profundo alcance para a sociedade brasileira. Então, cumprimentá-lo pela autoria da proposição, cumprimentá-lo porque não o fiz no dia da sua eleição, mas cumprimentá-lo pela tenacidade com que brigou pela instalação dessa CPI que vai apurar. E que já só pelo fato de fazermos parte ou de sermos membros dela já recebemos reivindicações, *e-mails*, comunicações, denúncias e até comunicações de colegas Parlamentares, no intuito de querer apurar algum fato que tenha acontecido no seu Estado, que certamente foi o que aconteceu com V.Exa., que, em função disso, já brigava na Comissão de Defesa do Consumidor e traz à tona um termo específico, por causa do abuso que era cometido, no Estado de Pernambuco, Estado de origem de V.Exa.

Então, quero cumprimentá-lo e dizer que nós estamos dispostos a estar aí para trabalhar junto com V.Exa. e com o Relator, no sentido de a gente buscar um resultado para esta CPI. Cumprimento-o pela iniciativa. Já ouvi aqui pela fala dos colegas e do Relator, de buscar, já como primeira tarefa, antes da nossa entrada de recesso, todos os relatórios das CPIs dos Estados. Hoje mesmo fui abordado por um colega do partido, Deputado Alexandre Santos, de uma CPI ocorrida em um Estado que vamos apurar aqui, querendo justamente isso, porque há decisão inclusive proferida pelo Supremo Tribunal Federal. Quer dizer, a gente tem um vasto material, um forte material para início de trabalho. O Deputado Alexandre Santos teve a felicidade de requerer, já de antemão, como roteiro de trabalho todos os procedimentos de apuração com CPI ou não que tenham ocorrido em todos os Estados da Federação. Temos que colocar aqui esse ponto como uma questão fulcral de todas as empresas de energia que atuam em nosso País, e, principalmente, eu tenho certeza que V.Exa., Deputado Alexandre Santos, sabe da Agência Reguladora da mesma. Não é? Porque a forma como é a tratativa num



Estado, que tem a concessão pública, outro Estado que tem a concessão já através de área para as empresas privadas, e continua de certa forma atuando na diferenciação dos valores de energia que são atribuídas ao contribuinte, ao consumidor, ao povo brasileiro. Nós ficamos estarrecidos ao receber alguns *e-mails* aí do valor de tarifas que chegam a comprometer 30% da renda média, básica do trabalhador brasileiro. Quer dizer, se você tem com despesa de salário 30% comprometido com energia elétrica, você vai ter que faltar em algum outro setor, certamente para os seus filhos, para a educação, para a saúde, para tantas outras áreas que são fundamentais para o nosso dia-a-dia.

Então, nós temos que lutar por isso, defender. Em alguns Estados, o Deputado Eduardo, o Deputado Alexandre e todos os membros da Comissão sabem disso, a atuação da CPI das Assembleias Legislativas trouxe resultado concreto na redução do custo da tarifa de energia elétrica para os contribuintes daquele ente federativo. Então, é importante que a gente possa, ou mesmo, da mesma forma, buscar isso na coletividade tendo a dimensão da extensão do povo brasileiro.

Então, parabênzo, mais uma vez, V.Exa., na condição de autor, proponente, agora na Presidência e que vai conduzir os nossos trabalhos. Colocamo-nos aqui como membros para atuar virulentamente no sentido de apoiar e buscar um preço de tarifa justo e que possa o consumidor, o produtor brasileiro, o empregador que está sofrendo aí com esse custo de energia.

Só para citar rapidamente, Deputado Alexandre, em uma marcha que nós fizemos em Varginha, sul de Minas, a Marcha do Produtor de Café, em que estiveram lá, Deputado Edio Lopes, 30 mil produtores de café, e Minas Gerais não pode ser diferente, meu amigo Chico Lopes me chama de pão de queijo, mas lá não é o que se produz mais queijo, produz-se café. O maior produtor brasileiro de café é Minas Gerais. Quando tivemos a Marcha do Café, em Varginha, foram colocados os componentes que constituem a questão do custo da saca do café para o produtor. Para se ter uma ideia, há 10 anos a saca do café aumentou 10%. E o produtor tem os custos com insumos, com trabalhador, o salário mínimo aumentou consideravelmente. O segundo componente de custo, porque há secadoras, há torrefadoras de café e tudo... O segundo componente de elevação de custo para o produtor de café foi a tarifa de energia, porque eles não estão suportando manter a



taxa. Então, já é um setor que vai atingir diretamente a esses e tantos setores do Brasil, da economia brasileira.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Deputado Júlio Delgado, permite-me um aparte?

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Permito o aparte a V.Exa.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Na fábrica de têxtil, depois do salário, o segundo item da planilha é a energia elétrica, mesmo eles comprando no mercado aberto.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Comprova bem o que disse o meu amigo, companheiro da Comissão de Defesa do Consumidor, Deputado Chico Lopes, o intuito, o objetivo e a missão que nós temos aqui nesta CPI. Parabenizo a V.Exa. e cumprimento o Deputado Alexandre, já pelas primeiras medidas tomadas pela iniciativa de buscar o subsídio dos trabalhos feitos pelos nossos colegas Deputados Estaduais de todo o País.

Parabéns e muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Gostaria de dizer o Deputado Júlio Delgado da importância de debatermos aqui nesta Comissão o custo da energia elétrica nos produtos finais para o povo brasileiro. E dizer também, Deputado Chico Lopes, que estou recebendo um levantamento em que o custo final do frango, na mesa do consumidor, o custo da energia elétrica chega a 20%. Vamos checar essa informação para ver se ela realmente procede para que possamos realmente tomar posições concretas e que deem resultados ao povo brasileiro.

Gostaria de passar a palavra, agora, ao Deputado Antônio Andrade.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO ANDRADE - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados.

Primeiro, quero cumprimentá-lo, Sr. Presidente, na condição de Presidente, pela forma de conduzir esta CPI. Acho que ela vem em um momento oportuno de analisarmos, com clareza, todas as tarifas espalhadas pelo nosso Brasil, onde elas são diferenciadas. Às vezes, vêm da mesma usina com preço diferenciado de Estado para Estado. E, às vezes, vêm diferenciado até mesmo pelo custo do ICMS, que é muito alto também, agregado às tarifas.



Quero comunicar que aquela CPI da CEMIG, em Minas Gerais, onde a CEMIG já estava nas mãos de 2 grupos americanos, AES e Southern — eu fui Relator — durou 8 meses, e retomamos a CEMIG para o Estado. Do contrário, se nós não fizéssemos aquilo — foi com o Presidente Itamar Franco, Governador do Estado —, se não tivéssemos retomado a CEMIG talvez hoje todo o sistema energético do nosso País fosse privatizado. Não tenho dúvida nenhuma. Furnas estava para ser privatizada e outras empresas também. Com a retomada da CEMIG, ficamos 8 meses naquela CPI. Os advogados que nos auxiliaram lá... Foi a Dra. Maria de Lourdes, a hoje Ministra Carmem Lúcia — que nos auxiliou muito naquela CPI — e o Ministro Eros Grau, que também era advogado e que nos ajudou muito naquela CPI. E retomamos. Eu acho que foi um grande feito para o sistema energético do nosso País. Sem dúvida nenhuma, várias hidrelétricas foram construídas a partir daquele momento. Algumas delas eram deficitárias quando da sua construção e só eram possíveis se o setor público tivesse envolvido, que é o caso do Estado de Minas Gerais, na CEMIG. Se não tivéssemos retomado a CEMIG para o Estado, essas hidrelétricas não seriam construídas e seriam um grande prejuízo para o Estado de Minas Gerais e, conseqüentemente, para o País. E a CEMIG, hoje, é a detentora da Light no Rio de Janeiro e de outras empresas também; está querendo aqui em Brasília, também, comprar.

Mas eu vejo que nós devemos estudar essas tarifas, no caso desta CPI, até para analisarmos se os preços são compatíveis ou não com o custo dessas empresas ou se elas estão se capitalizando de uma forma muito rápida a custa do consumidor, principalmente do consumidor de baixa renda. Na época do Itamar Franco, do Presidente Itamar, a energia em Minas ela cresceu pouco. Ele segurou muito a tarifa social. Às vezes, o Conselho pedia um aumento de energia, e ele segurava porque achava que era importante segurar o preço da energia, principalmente para a classe menos favorecida. Depois de sua saída, têm tarifas que aumentaram mais de 200% em 5 anos.

Então, eu acho que a CPI vem, pelo menos, deixar mais claro a situação das tarifas de energia elétrica espalhadas pelo nosso País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Antônio Andrade, tenho certeza de que a sua permanência nesta Comissão será muito



importante. Com a sua experiência já em uma CPI no Estado de Minas Gerais, tenho certeza de que irá engrandecer muito o nosso debate, contribuindo com a sua experiência, porque o momento que hoje é atravessado pelo nosso País requer uma imediata satisfação ao povo brasileiro do que está acontecendo com, todos os meses, o destino dos seus salários com o pagamento das contas de energia elétrica.

Eu gostaria de passar agora a palavra ao Relator, Deputado Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, só para reafirmar algumas colocações feitas aqui.

A própria CEMIG, no ano passado, obteve um lucro que foi um quarto do lucro da PETROBRAS. Só para ver o que nós estamos discutindo, só para dizer aos senhores que a nossa energia, a nossa geração de energia é uma das gerações mais baixas que nós temos no mundo e é uma das mais caras do mundo.

Então, nós teremos que debater sobre isso, buscarmos soluções para darmos respostas rápidas.

Quero aqui, Sr. Presidente, parabenizá-lo, parabenizá-lo pela forma como o senhor se manteve, não aceitando nenhum acordo que desviasse da conduta e dos procedimentos que não fossem buscar uma alternativa para o povo brasileiro, já que 18% da renda do trabalhador brasileiro hoje, pequeno, está comprometida com a energia elétrica, já que o setor produtivo hoje já está enfrentando o setor de energia elétrica, porque as suas produções já estão esbarrando na competitividade, ou melhor, a nossa CPI aqui terá um grande trabalho a fazer, dar novos rumos, novos caminhos para o setor elétrico. Se nós continuarmos no crescimento, em 6 anos, nós inviabilizaremos o País nesse crescimento que está o setor de energia elétrica.

Portanto, é de suma importância que nós aqui possamos trabalhar, nos dedicarmos e darmos uma resposta mais rápida para todos os setores, seja o produtivo, seja os consumidores, seja os gestores também da energia elétrica. Que eles tenham a certeza de que aqui eles podem ter competitividade, igualdade, racionalidade e, acima de tudo, condições de serem os geradores e transmissores de energia elétrica. E não alguns aí que hoje... Eu digo até que estão comprando outros grupos, face à facilidade de lucratividade que está tendo o setor de energia elétrica.



Portanto, eu acho que será um tema de suma importância para nós debatermos. Já estamos aqui com grandes estudos com o BNDES, das instituições, com a ABRACE, que estão vindo nos ajudar aqui a ter os procedimentos necessários e dar encaminhamento também. Inclusive eu acho que nós teremos que fazer esses primeiros chamamentos aí, para depois chamarmos os setores responsáveis pelo setor de energia elétrica e fazermos um confronto, para saber por que está havendo esse desmando, esses desvios no produto de energia elétrica, que, sem sombra de dúvida, está deixando a desejar e inquietar a população brasileira.

Parabéns, Sr. Presidente. Parabéns, senhores membros. Temos certeza de que de mãos dadas aqui faremos um grande trabalho para o povo brasileiro.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Pela ordem, Sr. Presidente.

Só um questionamento que pode ser para a assessoria: qual é o período aprovado de funcionamento dessa CPI no requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - O período é de 120 dias e iniciou no dia 18 do mês passado. Agora o prazo de recesso não conta. Não conta. Fica suspenso o prazo e reinicia a contagem no início dos trabalhos legislativos.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Então, Sr. Presidente, é intenção da Presidência não funcionar agora, no recesso, a CPI?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - É. Vamos aproveitar o recesso para fazer os levantamentos devidos, para que possamos receber o material técnico: para que possamos, no início dos trabalhos, começar com um material vasto, para que possamos começar realmente a discutir os temas importantes.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Sr. Presidente, eu não sei, já passa pela cabeça do Presidente, do Relator, essa questão das subcomissões por região ou se faz necessário que nós requeiramos realmente à Presidência essa, a constituição das subcomissões?

Eu digo isso até pela importância que se dá, de fazermos uma audiência pública para ouvirmos realmente os segmentos de cada região, Estado.



O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Deputado Nelson Bornier, foi uma das primeiras colocações que eu fiz aqui, mas eu quero ouvir a todos os componentes para saber onde eles querem... que região eles querem participar. Então, isso deverá ser na primeira sessão após o recesso. Já estará montado isso, estabelecido o cronograma, para que possamos ter reuniões regionais, em conjunto também, aqui, com a reunião ordinária.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Chico Lopes.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Eu queria reforçar a ideia do companheiro do Rio de Janeiro, porque o tamanho deste País e o relacionamento... Ele, no Rio de Janeiro, tem bem melhores condições do que o Chico Lopes, lá do Nordeste, está entendendo? Como mandar um cabra desses para o Nordeste? Ele não conhece um lampeão, e pode até se espantar quando encontrar com ele.

Então, acho que é muito boa essa ideia dele, de se estudar uma maneira tal que se faça também por regiões e que facilita muito mais. E aí a tendência é muito mais conversar com o setor popular, na minha visão. Os segmentos... Mas muito mais o setor popular, associações de moradores, pequenas empresas, etc., nesse sentido. É claro, conjunto habitacionais. Minha visão é essa, porque os grandes empresários, as grandes questões se chama para cá mesmo. Está entendendo? Mas nas regiões nós vamos trabalhar no varejo e não no atacado. Esta é a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Antônio Andrade.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO ANDRADE - Presidente, Relator, poderia, se fosse possível, fazer um levantamento das tarifas praticadas, as mais variadas do País, do Rio Grande do Sul até o Norte, Leste, Oeste, para termos uma noção do que é praticado hoje em termos de tarifa de energia elétrica, custo/*kilowatts*, tanto para o setor industrial, porque tem várias tarifas, o setor industrial, o setor residencial, setor rural. São tarifas diferenciadas.

Poderia fazer um levantamento, trazer tudo para nós termos já essa informação na próxima reunião, se fosse possível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Antônio Andrade, vamos aprovar um requerimento para pedir à ANEEL que faça isso, inclusive com o custo de produção da energia elétrica. O custo da venda nos Estados e o custo de produção, quanto custa aquela energia que está sendo gerada pelas hidrelétricas e quanto é que está chegando na casa do consumidor brasileiro.

Acho que é importante a gente colocar essa questão, porque a nossa energia, como já foi falado aqui, é uma das mais baratas, com custo de produção, e uma das mais caras quando chega na casa do trabalhador brasileiro.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO ANDRADE - Sr. Presidente, mais uma questão: hoje, o senhor sabe, as empresas foram verticalizadas... foram divididas entre: transmissão, produção e a parte de distribuição. É até uma forma, talvez, aí de a gente sentir o que é custo de produção, o que é custo de transmissão e o que é custo de distribuição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Perfeito. Com a ...

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu peço apenas, Sr. Presidente, dado o roteiro que foi explanado pelo Relator, que, como... É até prudente esse período de recesso que vamos entrar a partir de quinta-feira. Dadas essas informações que já fossem distribuídas para os membros da CPI, as que o Relator e o Presidente já detêm, para que a gente pudesse debruçar no estudo, para que nós cheguemos aqui para fazer o nosso roteiro, distribuir regiões, ver a questão de fonte, o Deputado que se interessa mais pela questão da transmissão, da distribuição ou da produção da energia elétrica, que isso pudesse ser distribuído para os membros da Comissão Parlamentar. Esse é só um pedido que eu faço ao Relator e ao Presidente. O que nós pudermos ter de material no período seria importante.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Eu quero fazer uma sugestão, porque todos os pedidos de informação têm que ser aprovados pelo Plenário desta Comissão. Então, para que pudéssemos fazer isso antes do recesso, teremos que marcar outra reunião para amanhã, para que pudéssemos aprovar esses pedidos de informação.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Não é isso; pedido de informação não, é a documentação do Sr. Relator...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Não, isso aí já está à disposição, inclusive vou encaminhar cópia desse material com estudos já feitos pelo próprio BNDES, em que dá para termos um bom conhecimento do que está acontecendo. Vou encaminhar para todos os membros esse estudo para que vocês possam dar uma olhada e se informarem bem.

Deputado Edio Lopes com a palavra.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Também queremos nos manifestar nesse mesmo sentido e dizer da necessidade de esta Comissão se ater a 3 fatores distintos.

Imagino que possa haver até outros, mas nós temos no Brasil o sistema integrado, que está em grande parte do País; temos os setores isolados, o caso de Manaus e Boa Vista, e ainda temos o caso da importação exclusiva de energia, como é o caso de Roraima. Em Roraima... Estou vendo V.Exa. repetidamente dizer que temos uma energia com custos de produção dos mais baratos do mundo, mas eu quero, a título de ilustração, dizer o quanto o Brasil paga, a ELETRONORTE paga à Venezuela, hoje: são 32 dólares por *megawatts* de energia. Trocando isso para real e para *kilowatt*, teremos aí o custo de aquisição de cada *kilowatt* de energia da Venezuela a menos de 7 centavos por *kilowatt*. Enquanto isso, a Boa Vista Energia passa para o consumidor esse mesmo *kilowatt*, que lhe custou menos de 7 centavos, por 45 centavos. É o que cada consumidor do meu Estado paga, sem contar os sobressaltos das contas, que, às vezes, vem 5, 6 vezes maiores, sem nenhuma explicação.

Portanto, fica aqui a minha sugestão para que a Comissão leve em consideração esses aspectos que são bastante distintos e diferenciados na formação do custo final da tarifa de energia elétrica no País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com certeza, Deputado Edio Lopes, vamos levar em consideração.

Com a palavra o Deputado Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, só para afirmar que nós deveremos ter após esta sessão uma reunião na sala para que possamos todos nós colocar as prioridades de cada um e pautarmos a próxima reunião.



Portanto, quero agradecer a presença de todos e parabenizar, mais uma vez, ao senhor. Não poderia deixar de agradecer aos nossos secretários, ao nosso Diretor da CPI, Sílvio Avelino, ao Secretário, Francisco Diniz, ao Chefe de Serviço, Gilberto, e ao Consultor Legislativo, Fausto Bandeira.

Agradeço a todos os membros que participam e nos ajudam no momento dessa nossa empreitada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Gostaria de reiterar o agradecimento a todos e dizer também da importância, tenho certeza, que esta Comissão terá para o povo brasileiro.

Agradeço ao Presidente Michel Temer pelo seu senso democrático, que fez as indicações na última sexta-feira e que nos deu oportunidade de poder iniciar os trabalhos em harmonia com todos os partidos.

Dizer também da importância que é ter o Ministério Público Federal nas investigações, de ter o CADE nas investigações e ter, também, o Tribunal de Contas da União. Espero que todos esses pedidos sejam aceitos pelos seus responsáveis para que esses trabalhos não parem ao término da CPI; para que, depois de encerrados os trabalhos desta Comissão, o Ministério Público Federal possa dar continuidade a esse trabalho que, com certeza, iremos fazer e que irá em defesa, e muito, do povo brasileiro.

Agradeço aos 293 Deputados e Deputadas desta Casa que acreditaram nesta CPI, que assinaram o pedido de instalação desta CPI. Tenho certeza de que é um tema importante para todo o Brasil.

Estou muito confiante de que esta CPI irá realizar um trabalho técnico, um trabalho responsável, um trabalho realmente voltado a proposições para que o povo brasileiro não continue pagando uma tarifa de energia elétrica tão alta como vem pagando hoje, comprometendo boa parte da sua renda familiar com as contas de energia elétrica.

Tenho certeza de que iremos, ao final dos trabalhos, fazer uma proposição concreta para que possamos dar resultados importantes para todo o Brasil.

Alguém mais deseja usar a palavra? (*Pausa.*)

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes comunicando que a data da próxima reunião será informada posteriormente.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.